


**CRESAP JÁ RECEBEU INDICAÇÃO PARA LANÇAR CONCURSOS PARA A AGÊNCIA DE COESÃO**

O Governo deu a semana passada ordem para que a Cresap avance com os concursos para a cúpula directiva da Agência para Desenvolvimento e Coesão. Com o anúncio de saída do presidente, José Soeiro, o Executivo aproveitou para remodelar toda a estrutura. O objectivo é lançar, ainda em Abril, concurso para a substituição dos actuais dirigentes. Até ao anúncio dos resultados do concurso da Cresap, a presidência será assumida interinamente por Rosa Maria Simões, que está de saída para a reforma. Os restantes membros da direcção, os vogais Dina Ferreira e Duarte Rodrigues poderão ser reconduzidos no cargo caso sejam seleccionados pela instituição liderada por João Bihim (foto).


**Territórios de baixa densidade dividem Governo e autarquias**

A definição dos novos territórios de baixa densidade está a dividir Governo e autarquias. Na reunião da Comissão Interministerial de Coordenação de 26 de Março foi aprovado o mapa, sem que estivesse presente nenhum representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), como estipulam as regras já que este é um tema de interesse para as câmaras. O Governo justifica o sucedido com o facto de ter apresentado o mapa que lhe foi proposto pela própria ANMP. "A proposta era igual à da ANMP", garante o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. "Houve discussão, mas a proposta foi aceite", acrescentou Manuel Castro Almeida, precisando que a proposta das autarquias assentava num "critério multicritério, diferente dos anteriores, mas que nos pareceu bem". No entanto, o presidente da ANMP defende que "o mapa [para os territórios] de baixa densidade está igualmente" a ser elaborado à revelia dos municípios, embora seja "afirmado como sendo proposto pela ANMP", acrescentou Manuel Machado, que também é presidente da Câmara de Coimbra. M.S.

# Municípios vão decidir onde ficam escolas ou centros de saúde

**Fundos comunitários** A palavra final é de Bruxelas, mas a decisão é por consenso, entre câmaras, Estado e CCDR.

**Mónica Silvares**  
monica.silvares@economico.pt

Pela primeira vez os municípios vão ter voz activa na decisão de localização dos equipamentos de investimento de Bruxelas, garante o Governo.

Depois das restrições que a Comissão Europeia impôs ao financiamento de determinado tipo de infraestruturas, nomeadamente escolas, equipamentos sociais, de saúde ou culturais, Portugal necessita da luz verde de Bruxelas para fazer este tipo de investimentos. Assim, é necessário proceder a um mapeamento das infraestruturas existentes para depois apresentar as propostas à Comissão.

O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) acusa o Executivo de estar a fazer o mapeamento para a aplicação de fundos comunitários "em segredo, por organismos e agentes da administração central". "Não tivemos ainda acesso" aos documentos relativos

ao mapeamento dos equipamentos sociais, bem como ao funcionamento da Comissão Interministerial de Coordenação do novo quadro comunitário de apoio Portugal 2020, sublinhou Manuel Machado, no final da reunião do Conselho Directivo da ANMP que se realizou na terça-feira.

A forma como serão identificadas as infraestruturas foi decidida numa reunião da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, a 26 de Março. O primeiro passo é as autoridades de gestão dos programas operacionais regionais identificarem os equipamentos a fazer que podem ser financiados pelos fundos. Depois cabe a cada sector (saúde, educação, cultura) definir as suas prioridades de investimento entre as operações elegíveis. De seguida, as várias Comunidades Intermunicipais (CIM), cada uma com cerca de dez autarcas, fazem as suas propostas de localização dos equipamentos. A palavra final é dada numa reunião conjunta entre as CIM, os serviços descentralizados sectoriais e a respectiva



"Pela primeira vez os autarcas vão ter voz activa na decisão", diz Castro Almeida. "Ninguém melhor do que eles para conhecer as especificidades locais".



O mapeamento [da aplicação de fundos europeus] está a ser feito em segredo por organismos e agentes da administração central", diz Manuel Machado.

CCDR. Estas três entidades têm de decidir, por consenso e sem recurso da decisão, quais os equipamentos a financiar e qual o montante a que se candidatam.

"A responsabilidade governamental é definir as prioridades, as políticas públicas, assim como os critérios", sublinha ao Económico o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. Manuel Castro Almeida acrescenta que "os autarcas têm a vantagem da proximidade. Ninguém melhor do que eles para conhecer as especificidades locais". O responsável frisa que desta forma os municípios "têm oportunidade" de decidir a localização dos equipamentos. "Pela primeira vez vão ter voz activa na decisão".

Este processo terá de ficar concluído até 15 de Junho, data limite para as CCDR remeterem para a Agência para o Desenvolvimento e Coesão as propostas de mapeamento. Estas são depois enviadas para a Comissão Europeia que tem a palavra final no financiamento deste tipo de tipologias. ■

